

## REFLEXÕES URGENTES: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS EMANCIPATÓRIA FRENTE AO CONTEXTO BRASILEIRO

LIVIAN LINO NETTO

Universidade Federal de Pelotas (UFPEI), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

JULIA ROCHA CLASEN

Universidade Federal de Pelotas (UFPEI), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ALINE ACCORSSI

Universidade Federal de Pelotas (UFPEI), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

---

**RESUMO:** Neste artigo propusemos uma reflexão acerca da categoria teórica *práxis*, a partir do seguinte questionamento: como é possível pensar a construção de uma *práxis* emancipatória no atual contexto brasileiro? Para examinar essa questão, situamos o conceito de fatalismo histórico como possibilidade de compreender como as relações de forças se constituem no atual momento, diante da ameaça social advinda de dois agentes: o atual governo neoconservador brasileiro e o vírus da covid-19, gerador de uma pandemia. Compreendemos que esses agentes contribuem à intensificação da ofensiva neoliberal, que evidencia as contradições estruturais da ordem do capital. Estabelecemos a categoria *práxis* como expressão do processo de consciência crítica de sujeitos, o qual institui um movimento necessário à mudança social, a partir de uma concepção histórica da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práxis. Fatalismo Histórico. Processo de Consciência. Transformação.

---

### INTRODUÇÃO

*Sobretudo minha diferença está no otimismo crítico e nada ingênuo, na esperança que me alenta e que inexiste para os fatalistas.*  
(FREIRE, 2004a, p. 30)

Este artigo se estrutura a partir do questionamento inicial sobre o que é *práxis*. Por meio das leituras de Paulo Freire, desenvolvemos a reflexão para pensar alguns dos desdobramentos de tal dimensão teórica. Conduzidas pelo desejo de compreender a *práxis* enquanto uma importante categoria teórica e epistemológica, iniciamos a escrita deste artigo, mais do que almejando delimitar teoricamente os seus significados; nossa intenção é dimensionar a sua expressão na realidade material e empiricamente vivenciada.

Desta maneira, situamos a *práxis* em seu sentido emancipatório e revolucionário, como colocado por Paulo Freire (1987), enquanto alternativa ao enfrentamento da ofensiva neoconservadora da atual conjuntura brasileira. No ano de 2021, foi possível visualizar o acirramento das contradições sociais, expressas em decorrência tanto de uma pandemia como de um governo de extrema direita, que dita os rumos políticos e sociais do país ao encontro do aprofundamento das políticas

neoliberais e seu caráter de privatização da vida. Diante de tal delimitação, este artigo está estruturado em três partes que nos indicam uma compreensão, ainda parcial, do caráter dinâmico do período analisado.

Entendemos que não é possível levantar afirmações definitivas sobre o período atual; também não buscamos aqui abordar todos os elementos necessários para entender os rumos indicados do momento em curso, compreendendo como complexas as suas dinâmicas e a profundidade de análise que demandam. O que pretendemos é assinalar os significados sociais e políticos decorrentes deste cenário. Assim, apontamos que a construção desta reflexão se atém aos seguintes pontos: fatalismo histórico; conjuntura política brasileira; e construção da *práxis*. O primeiro se refere a uma interpretação do fatalismo histórico, categoria teórica necessária ao entendimento das relações sociais que definem a realidade brasileira. Já o segundo, um desenho acerca da atual conjuntura brasileira e dos agentes políticos que compõem o período. E, por fim, o terceiro ponto, uma percepção sobre as possibilidades de construção de uma *práxis* emancipatória e revolucionária, a qual compreendemos enquanto expressão de um processo mais amplo, de formação da consciência crítica de sujeitos.

Pensando em como seria possível construir uma *práxis* emancipatória no atual contexto brasileiro, movimentamos algumas reflexões, as quais não pretendemos esgotar neste artigo, já que são delimitadas no sentido de compreender aspectos que definem o momento atual. Esse exame ainda permite ponderar acerca das contribuições epistemológicas instituídas em momentos anteriores, enquanto aporte para análise das possíveis mudanças diante das relações vigentes.

Este texto é um convite para pensar o sentido da *práxis* por meio das contribuições teóricas de Paulo Freire (1979; 1985; 1987; 2001; 2004a; 2004b) e em diálogo estabelecido com outros/as autores/as, pensando o processo de consciência como tarefa necessária à superação do fatalismo histórico. Tal dimensão teórica objetiva compreender a conjuntura política vigente no Brasil e formular caminhos possíveis, no sentido de projetar uma transformação das representações sociopolíticas que definem o presente.

A reflexão apresenta seus desafios, uma vez que questionar a possibilidade de construir rumos emancipatórios e utópicos sobre a realidade brasileira representa um rompimento com uma ideologia dominante, que permeia o pensamento coletivo. Este rompimento se faz necessário na tentativa de formular criticamente uma realidade livre da exploração, da opressão e da miséria.

#### O FATALISMO DO GOVERNO BOLSONARISTA E A CRISE DA ESPERANÇA

*[...] nem sempre o óbvio é tão óbvio quanto a gente pensa que ele é.*  
(FREIRE, 1985, p. 92).

No ano de 2021, o desenho da realidade brasileira causou assombro na política internacional, pois os rumos políticos do Brasil escapavam ao “aceitável” para a manutenção ideológica do capital. É necessário questionar como esse cenário foi instaurado. De que forma o Brasil chegou no atual momento, com tantos direitos sociais

NETTO, L. L.; CLASEN, J. R.; ACCORSSI, A.

atravessados? Como compreender a presente conjuntura brasileira e os elementos que definem aspectos sociopolíticos determinantes deste período? É possível ter esperança com uma política genocida em voga? Paulo Freire (2001) diz que

[...] estamos perdendo a esperança de dias melhores ou este atentado à vida e à paz deve ser compreendido, contraditoriamente, como início de uma possibilidade de entendimento e de projetos de um mundo no qual o diálogo da tolerância e da diferença nos encaminhará para um tempo-espço de mais harmonia, justiça e tranquilidade? (FREIRE, 2001, p. 26).

Para projetar qualquer esperança sobre o futuro, é preciso compreender o presente e considerar que as relações, como são dadas, não são estáticas, mas sim em constante movimento. Também é preciso considerar que o atual momento não surge do nada, de maneira espontânea, como fruto do acaso, ao contrário disso, antes é constituído a partir do desenvolvimento histórico e aprofundamento das relações advindas do capital, caracterizadas por um teor de exploração de opressão.

É necessário assumir o caráter histórico dessas relações como meio de entender a dinâmica social assim como as possibilidades de superação do seu cunho exploratório e opressor. Ao fazer tal consideração é possível romper com o fatalismo, que justifica a exploração e o assentamento de uma ordem de abatimento social, a qual parece insustentável. A ideia fatalista pode ser interpretada a partir de uma espécie de docilidade do povo. No entanto, tal concepção representa um erro de análise acerca do que envolve o fatalismo, já que nenhum traço de seu atual estágio econômico (ainda que ele nos faça crer que sim) é essencial e natural. Efetivamente, o fatalismo é resultado concreto de uma situação histórica e sociológica, portanto, com condições de ser mudada (FREIRE, 1987).

O fatalismo cumpre, historicamente, um papel social relevante na formação histórica brasileira. Ao considerar o Brasil e outros países que passaram por um processo de colonização não superado, sua função política acarreta e perpassa toda a formação social do povo. Ainda no presente, o fatalismo se manifesta na forma de ser dos sujeitos em sociedade, os quais têm no seu passado e no seu presente marcas de uma história roubada e de uma identificação distorcida. Como Ignacio Martín-Baró (2017, p. 175) coloca: "Lançados aqui, sem memória histórica ou projeto de vida, parece que aos povos latino-americanos não resta nada mais do que a perspectiva fatalista de aceitação de seus destinos".

Essa compreensão do fatalismo enquanto aspecto formativo na imposição histórica das relações sociais nos permite orientar alguns olhares acerca do presente, sobre como o cenário se desenrola diante de uma política de morte instaurada, e como este tem relação determinante com o estado de abatimento social e a inércia diante do intolerável. O fatalismo, enquanto forma de sentir a realidade, nos impede, em muitos momentos, até mesmo de enxergarmos possibilidades de ação. Acerca dessa ideia, Martín-Baró (2017) diz que

Algo é fatal quando é inevitável, mas também quando é trágico, infeliz. Em castelhano, portanto, fatalidade tem essa dupla conotação de futuro inevitável e trágico. O fatalismo é a

compreensão da existência humana em que o destino de todos está predeterminado e todo fato ocorre de modo inescapável. Aos seres humanos não resta nada além de aceitar seu destino e submeter-se à sorte que é prescrita por sua sina. (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 175).

Tal concepção de fatalismo nos auxilia na compreensão não apenas do presente mas também do que é preciso para a formulação de uma *práxis* crítica ao contexto trágico vivenciado, apresentado como inevitável e irrevogável. Nesta reflexão, vamos considerar o período pandêmico como cenário do projeto neoconservador do atual governo, com início em 2018, a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro. Marcado por uma ideia de moral, que serve como base à regulação da vida social, sob os “princípios de Deus”, com a ideia de “conservação da família tradicional” e de uma parcela restrita de cidadãos, a presente conjuntura brasileira assume aspectos de reprovação que recai sobre grupos sociais que não se enquadram no perfil considerado pelos atuais agentes do poder como o do “cidadão de bem”.

Em 2019, com a posse do atual presidente, não se imaginou que, em tão pouco tempo, o mundo passaria por uma crise sanitária sem precedentes, o que agravou e intensificou o projeto de desmonte do patrimônio público, com privatizações e fim de políticas públicas, como o Bolsa Família<sup>1</sup>. O ano de 2020 foi decisivo para que os brasileiros e as brasileiras pudessem observar, a partir da evidência de contradições sociais, o que acontecia; para que, a partir dessa percepção, buscassem, de alguma forma, barrar a política de morte implementada tanto pelo atual momento quanto pelas escolhas políticas do presidente, questão que se torna imprescindível.

A ameaça que o bolsonarismo apresenta é cunhada a partir do colonialismo, da escravidão e do sistema de privilégios, que marcam a história brasileira e a racionalidade autoritária, e acabam por substituir um conjunto de crenças, narrativas e visões de mundo democráticas (CASARA, 2021). É dessa forma que o governo Bolsonaro cria uma ideia fatalista da história, na qual brasileiros e brasileiras precisam aceitar seus destinos pelo bem da família e da nação, para que possamos, segundo os argumentos do bolsonarismo, vencer o inimigo – neste caso, ideias progressistas –, a fim de manter a ordem em busca do progresso.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. (FREIRE, 2004b, p. 20).

A pandemia acelera uma política da morte que se alastra por todo o mundo. É resultado de um vírus que atinge todos de maneira inegável e, de forma mais brutal, aqueles que não têm acesso a precauções sanitárias necessárias. Enquanto a atuação presidencial, a partir do seu projeto político e da sua posição anticientífica, agrava o resultado da crise sanitária, o número de atingidos pelo vírus da covid-19 aumenta. O

NETTO, L. L.; CLASEN, J. R.; ACCORSSI, A.

esperado é a indignação, diante de tal assombro. Como nos diz Paulo Freire (2004b) em *Pedagogia da Autonomia*, não é possível mantermo-nos alheios e imóveis frente a realidade de desigualdade e miséria:

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. (FREIRE, 2004b, p. 45).

Destacamos o coronavírus e o governo de Jair Bolsonaro como agentes que definem o cenário atual brasileiro, de maneira conjunta. A busca por compreender o presente somente a partir de um destes fatores parece insuficiente, uma vez que acontecem simultaneamente. As condições impostas ao contexto brasileiro demonstram urgência em serem pautadas. É neste sentido que precisamos criar resistência, compreender o futuro como problema e, na busca por “Ser Mais” (FREIRE, 1987, p. 100), perceber que, como processo da natureza humana de estar sendo, só podemos fazer algo contra as ameaças que nos destroem se formos rebeldes frente às injustiças que nos atingem (FREIRE, 2004b).

#### BRASIL: PANDEMIA, MISÉRIA E APAGAMENTO DOS SONHOS

*Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas e históricas que deem origem a possibilidade de mudança.*  
(FREIRE, 2001, p. 49).

Para delimitar o que define este período, precisamos considerar dois pontos que se interligam na acentuação das contradições sociais e econômicas vigentes, justamente porque os consideramos agentes com exercício de poder sobre a realidade social. Primeiro, um agente material, o governo de extrema direita, expresso na figura de Jair Bolsonaro (PL)<sup>2</sup>, que incorpora um projeto político avassalador à classe trabalhadora em consonância com um discurso que se contrapõe essencialmente a qualquer forma de organização coletiva. Ao mesmo passo, se une ao grande empresariado para aprofundar as formas mais severas de exploração social. O segundo não está personificado na figura de um único indivíduo, mas é acentuado por posturas individuais e causa de um temor mundial, que afeta principalmente países onde a política governamental não prevê um plano coletivo para seu combate. Esse outro agente é o vírus da covid-19, que culmina em uma pandemia, com início no ano de 2020 e ainda em curso, e com resultados catastróficos no Brasil.

Os dois agentes que permeiam o poder atuam de maneira conjunta para determinar o que representa o presente. Um, expresso na figura de um governo que advém dos extremismos políticos, assume uma postura ultraconservadora; outro, manifestado no vírus da covid-19, que, ao se alastrar por todo mundo, exige dos

governos a projeção de um plano de vacinação, o investimento na ciência e saúde coletiva, e a busca de maneiras de contenção do número de mortes, o qual, em nosso país, representa hoje um total de 617 mil pessoas<sup>3</sup>.

Ao contrário do que é exigido pela pandemia, o governo brasileiro incorporou a pior face do individualismo, apresentou um discurso anticientífico e igualou o vírus da covid-19 a uma “gripezinha”<sup>4</sup>. Enquanto a curva da morte crescia, o presidente promovia aglomerações<sup>5</sup>, fazia aparições públicas sem máscara e insistia em “remédios caseiros”<sup>6</sup> como antídoto à infecção causada pelo vírus.

A atuação conjunta desses dois agentes assume efeitos devastadores ao quadro atual brasileiro e caminha em um sentido de acentuação da miséria e descaso com a população. Não surpreende em nada que, durante uma das maiores crises econômicas, políticas e sanitárias do mundo, as contradições do capital se intensifiquem em níveis desastrosos, que atingem as camadas mais pobres da população. Perguntamos então: como combater a propagação do vírus se no Brasil o povo não tem moradia?

Além disso, muitas pessoas perderam seus empregos<sup>7</sup> e mesmo assim, nada é feito, já que afinal essa situação funciona como manutenção das taxas de lucro das empresas. Mais do que isso, a população não tem o que comer – e assim o país volta para o mapa da fome da ONU<sup>8</sup> –, não tem água para beber e muito menos para lavar as mãos, pois o saneamento básico ainda é precário em muitos lugares. Tal situação se contrapõe ao cuidado mais fundamental de combate à disseminação da doença, já que uma prática de higienização constante das mãos e o uso de máscara são medidas simples para que o vírus não avance. Nesse sentido, as medidas de combate à pandemia se reservam apenas àqueles que têm acesso à casa, comida, água e emprego. Enquanto parte da população enfrenta a pobreza, os maiores bilionários do mundo aumentaram sua riqueza em cinco trilhões de dólares<sup>9</sup>. Tal quadro não é acaso, pelo contrário, é muito bem projetado.

O isolamento social, uma necessidade coletiva para conter os níveis de contágio e morte, foi declarado no Brasil, em março de 2020, como medida principal de barrar a infecção generalizada pelo vírus, mas, para alguns, nunca foi possível estar isolado. Poucas pessoas de fato tinham segurança e acesso às medidas de cuidado coletivo. Além disso, a troca de ministros da pasta da Saúde, o projeto de desmonte do Sistema Único de Saúde<sup>10</sup>, e o escândalo da Prevent Sênior<sup>11</sup>, que orientava seus funcionários a prescreverem remédios sem comprovação científica contra a doença e a diminuir o oxigênio de pacientes para “economizar”, agravaram o quadro que a pandemia assumia no Brasil. Eram reflexos de uma política econômica internacional e de uma atuação governamental que têm amparo naqueles que se beneficiam com o lucro em oposição à vida.

Este cenário se sustenta sobre uma política neoliberal, com modos de governar as sociedades de acordo com a razão do capital, no caso do Brasil, por meio, por exemplo, do agronegócio. O Estado neoliberal é um instrumento de transformação de toda a sociedade, cujo objetivo final é a mudança global de acordo com as normas do mercado e do funcionamento de empresas. Pode perfeitamente incluir discursos fascistas para se impor contra as oposições, geralmente ligadas à esquerda, sendo capaz de se adaptar aos mais variados contextos, conseguindo inclusive promover

mobilizações de massas, incentivar milícias armadas, dentre outras manifestações da sua força ideológica (CASARA, 2021).

No Brasil, por exemplo, houve manifestações antidemocráticas<sup>12</sup> e familiares do presidente apresentam envolvimento com as milícias do estado do Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Não tratamos aqui de conceituar o neoliberalismo, mas é importante destacar que a racionalidade neoliberal estabelece novos limites do que é aceitável, condiciona indivíduos a entenderem absurdos como algo legítimo, natural e necessário à sobrevivência e faz com que pessoas e condutas opostas a seus ditames possam ser enquadradas como ameaça social e declaradas como combatíveis, na forma mais violenta possível.

O período atual brasileiro é marcado pelo que Aline Hernandez (2021, p. 424) denomina de Viropolítica, conceito com o qual aborda o “vírus veneno” e o “vírus homem” a partir de uma análise psicopolítica acerca do atual cenário. Por meio da pandemia e do fenômeno Bolsonaro, nomeado pela autora de Vírus B-17, discorre sobre a capacidade viral incorporada na figura de Jair Bolsonaro, uma manifestação que se apresenta desde antes das eleições de 2018, ano no qual foi eleito presidente do país.

Ao entendermos as bases do governo Bolsonaro, não surpreende o tratamento assumido por ele com a pandemia da covid-19. Ainda que cause espanto, a banalização da morte direcionada não está descolada do projeto político conduzido até então. A conduta assumida pelo governo perante a pandemia fundamenta-se desde antes mesmo do período eleitoral de 2018. Durante a campanha até o pleito, tal forma de atuação do presidente se demonstrou por meio das estratégias abordadas enquanto candidato. Naquele momento, a disseminação de desinformação por meio de *fake news*<sup>14</sup> incorporadas à campanha foi capaz de articular eleitores que, em apoio ao candidato, reproduziam discursos e gestos proclamados por Bolsonaro. Sua figura foi convertida em um personagem político, salvador da pátria e da família, diante da “ameaça comunista”. Para salvar os valores que supostamente acompanhavam sua campanha, Jair Bolsonaro dispenderia do que fosse preciso, inclusive do discurso de ódio que caracterizam suas falas e ações. Desta maneira, podemos dizer que, com a eleição de Jair Bolsonaro, já era desenhado o cenário atual; ainda que não fossem previstos a pandemia e seus efeitos, era previsível a postura do presidente diante de cenários de crise, uma vez que seus posicionamentos são dados à intolância.

Ao motivar grande parcela da população a se pôr em risco para o bem da economia, Bolsonaro define quais vidas têm valor. Conforme Aline Hernandez (2021), diante da crise estabelecida pelo Coronavírus, o presidente impulsiona as pessoas a retornarem aos trabalhos, como meio de manter a *roda do mercado girando*. Ou, nas palavras de Bolsonaro, segundo Hernandez (2021, p. 431): “o pobre terá de se arriscar”. Nessa concepção, há vidas que merecem ser resguardadas, enquanto outras são tratadas com descaso: vidas que pouco valem segundo esse ponto de vista, vidas do fora.

Diante desse cenário, não podemos ignorar o fatalismo histórico que assombra a formação ideológica na ordem social, o qual indica os desencadeamentos sociopolíticos que derivaram no período atual assim como o sentimento que permeia a época e faz com que o destino seja apresentado como inevitável e natural. Frente a isso, é preciso indagar: “Como é que aceitamos esses discursos neoliberais que vêm sendo apregoados como verdadeiros e manter vivos nossos sonhos?” (FREIRE, 2001, p. 49-50).

Para que não sejamos conjuntamente assombrados pela visão fatalista da história, uma vez que imobilizados pela atual conjuntura política, a qual nos paralisa diante do intolerável, precisamos encontrar meios coletivos para que possamos nos desfazer disso, diante da busca por “Ser Mais” (FREIRE, 1987, p. 16). Nesse sentido, “faz-se necessário a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o ‘ser mais’ se emancipe, pois este está inscrito na natureza dos seres humanos” (FREIRE, 2004b, p. 75). Este movimento parte também da democracia enquanto estrutura política que rompe com a postura fatalista para anunciar essa busca por “ser mais”. Nela,

[n]ão há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem sua concretização! [...] O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora. (FREIRE, 2001, p. 86).

Nós vivemos tempos em que o anúncio de sonhos é controlado. Àqueles que projetam maneiras de emancipar e libertar sujeitos coletivos a partir da crítica à realidade neoliberal é imposta uma perseguição ideológica, o que reforça a desesperança sobre os sonhos possíveis. Assim, é uma exigência pensarmos uma *práxis* crítica a tal contexto e o rompimento com o fatalismo histórico, presente na nossa formação enquanto sociedade.

#### CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO

*O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora.*  
(FREIRE, 2001, p. 86).

Tendo o contexto atual do Brasil como cenário, em meio a uma crise sanitária que se iniciou em 2020 e que tem deixado milhares de brasileiros e brasileiras de luto, propomos pensar a *práxis* para além de uma categoria teórica: enquanto concepção de um processo que permeia a formação dos sujeitos. “Através de uma *práxis* verdadeira [os sujeitos] superam o estado de objetos, como dominados, e assumem o de sujeito da história” (FREIRE, 1987, p. 98). Podemos falar, portanto, que a *práxis* se refere a um processo que conduz a vida dos sujeitos, o qual não se encerra em um momento e nem mesmo tem um único sentido, mas compõe uma atuação no mundo.

Portanto, nos propomos a pensar a possibilidade de construção de uma *práxis* crítica, em seu sentido emancipador e libertador, frente a um cenário que é marcado pela retirada de direitos, pela exploração de corpos e relações sociais, pela ameaça às distintas formas de expressão, comumente permeadas por um sentimento fatalista imposto ao longo da história, o qual é utilizado enquanto mecanismo de contestações à

ordem. Assim, retomamos a questão inicialmente colocada: como é possível pensar a construção de uma *práxis* emancipatória no atual contexto brasileiro?

Como meio de compreensão de tal questão, relacionamos aqui o conceito de *práxis* à formulação da consciência crítica, ou ainda o delimitamos a partir de um movimento de conscientização dos sujeitos, o qual, a partir da própria percepção que os sujeitos têm da realidade, está em constante mudança. Conforme Paulo Freire (1987) coloca, enquanto movimento de reflexão e ação sobre a realidade, a *práxis* é fonte de conhecimento e criação, uma possibilidade de formulação transformadora.

Consideramos a *práxis* em um sentido emancipatório e revolucionário, como colocado por Freire (1987). Na busca de situar esse conceito a partir da atual conjuntura brasileira, levantamos que a *práxis* não é única, já que compreende e predispõe de atuação de diferentes sujeitos sobre o mundo. Ela representa formas distintas de ação e reflexão, pois abrange também entendimentos divergentes que as pessoas têm acerca da realidade.

Neste sentido, ao colocar que a *práxis* está relacionada ao processo de consciência de sujeitos, e ante a formulação que esses indicam sobre o mundo, é considerável também destacar o caráter conflitivo com o mundo que o processo de consciência assume. É por ser esse um movimento de questionamento da realidade e das relações apresentadas como naturais e eternas “que a *práxis* constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida” (FREIRE, 1987, p. 33-34).

Esse movimento não é em si linear ou contínuo, pois é capaz de entrar em contradição ao longo da sua formulação, conforme os sujeitos estabeleçam relações, atuem na sociedade e, assim, formem o seu processo de consciência (IASI, 2011). Dessa forma, é possível pensar a *práxis* enquanto expressão do processo de consciência dos sujeitos e, portanto, parte do movimento de questionamento do real. Não é expressão de um ato espontâneo, pois representa o descontentamento sobre o que está dado. Como colocado por Paulo Freire (1987):

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se está, na “inversão da *práxis*”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, p. 24).

Tal tarefa, em seu caráter coletivo, não pode ser proclamada por alguns em favor de muitos, pois a transformação deve advir do povo, deve ser um desejo do próprio povo. Por isso mesmo não podemos pensar um movimento que ocorra de uma hora para outra, de maneira datada e finalizada em um simples ato, já que a ação de mudança é construída a partir dos diferentes espaços de organização coletiva, que têm o poder de colocar ao povo o questionamento sobre o percurso da realidade.

Podemos de tal maneira dizer que é o próprio processo de formação da consciência dos sujeitos, em seu sentido coletivo e não individualista, que é capaz de romper com o fatalismo histórico, o qual nos imobiliza diante da ameaça social e a nós apresenta como inviável qualquer possibilidade de mudança. Não basta, portanto, ao

sujeito, sonhar sozinho a mudança: individualmente qualquer revolta se torna findada. É no encontro coletivo, ao compartilhar manifestações e descontentamentos sobre a ordem social, que o sujeito materializa sua revolta em ação. Assim, é no coletivo que a revolta ultrapassa o sentido utópico para se materializar enquanto ação política.

O que se intenciona com a ação de homens e mulheres, que anseiam uma transformação histórica da realidade e a compreendem enquanto uma tarefa que provém da sua própria atuação coletiva, é a busca pela sua humanização mediante o rompimento com um processo também histórico de desumanização dos sujeitos. Isto implica um ato revolucionário, que não se restringe a uma prática isolada ou à simples negação da realidade, pois é o encontro com a possibilidade de mudança.

Para que seja superada de forma verdadeira a opressão, é imprescindível que sujeitos criem sua intervenção sobre o mundo durante a sua ação constante de construção de novas relações sociais. Afinal, como diz Freire (1987), para que as relações de opressão se mantenham em seu pleno funcionamento, é preciso que a humanização seja antes de tudo tratada como mera luta, um direito que é herdado por poucos. Aos oprimidos como quase “coisas” não restam direitos; suas finalidades dizem respeito aos opressores, eles existem apenas mediante o outro. De tal maneira, para que se reconheça a vocação histórica da busca por mudança e da luta por direitos, é necessário que os oprimidos ultrapassem essa concepção de coisa para que sejam reconhecidos por si mesmos enquanto sujeitos que vão à luta.

Assim, na formulação de uma ação de mudança sobre a relação de opressão, é indispensável que sujeitos se reconheçam em si para que seja superada essa relação de quase “coisa” imposta, entranhada na mente e no corpo dos oprimidos. É por meio dos atos de subversão, ações constantes que levam à transformação, que esse movimento ocorre. No sentido de formular tal ação, é necessário que os oprimidos se reconheçam como mais do que “coisas”, que venham a conceber a sua existência enquanto sujeitos. Esse ato se refere ao que Paulo Freire (1987, p. 17) denominou como uma constante busca, a busca por “Ser Mais”, o qual é precedido por uma reflexão que, se verdadeira, conduz à prática.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p. 20).

Neste sentido, podemos também pensar que o único meio de superar contextos que parecem insuperáveis e momentos que aparentam eternos em seu sentido mais fatal é por meio da conscientização de sujeitos. Demanda uma concepção crítica da realidade, que só é possível no reconhecimento de si mesmo enquanto sujeito, o qual decorre do movimento revolucionário de busca por si a partir do encontro com o outro.

De tal maneira, ao projetarmos as possibilidades de contraposição ao atual contexto brasileiro, é preciso considerar a busca de sujeitos pela sua humanização diante das estratégias empenhadas para a sua desumanização. A busca por si representa aos opressores uma subversão à ordem, mas é somente por meio dessa subversão que são formuladas possibilidades de imaginar outros contextos e, quem sabe, relações livres da opressão, já que

o sonho possível não se trata de uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade como mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos. (FREIRE, 2001, p. 28).

A transformação daquilo que se sonha em ação exige uma *práxis* enquanto elaboração da realidade que prevê a ação, predisposição do sujeito para romper com aquilo que lhe retira o direito de ser, compreendida como meio de construir relações embasadas na liberdade. Esse processo não é baseado na brevidade das ações, mas em uma luta constante, que carrega consigo a radicalidade necessária à tarefa histórica de mudança, uma luta, portanto, que ultrapassa o tempo presente. Neste sentido, Paulo Freire (2004b) diz que é necessário promover posturas rebeldes como posturas revolucionárias, que sejam contrárias à ofensiva neoliberal de dominação de sujeitos e de suas subjetividades. Sendo assim,

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é a deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho. (FREIRE, 2004b, p. 47).

Assim, a *práxis* de sujeitos, constituída em um sentido de luta constante pela liberdade e pela emancipação humana, resguarda essa busca de homens e mulheres por si, pela sua humanização e seu reconhecimento enquanto sujeitos históricos, para que possam empenhar sua tarefa revolucionária. Essa relação dialética entre ação e reflexão, que é geradora de uma *práxis*, acompanha o processo de consciência crítica de sujeitos, de reconhecimento de si e do mundo, a partir das relações que estabelecem ao longo da sua vida, para que assim se sintam em condições de transformar as relações que lhe permeiam e que formam a sociedade.

Por isso, a *práxis* é como uma representação da superação da dicotomia entre teoria e prática, e indicativa de transformação da realidade, que não ocorre de modo separado, mas em comunhão. Como sugere Paulo Freire (1987), homens e mulheres desvelam o mundo e suas relações; ao passo que o fazem e comprometem-se com a sua *práxis*, buscam também a transformação da realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Movo-me na esperança enquanto luto e se luto  
com esperança, espero.*  
(FREIRE, 1987, p. 52-53)

A formação de uma *práxis* emancipadora dos sujeitos não se estabelece a partir de uma vontade individual, nem se refere a brevidade das ações, pois condiz com um processo que é coletivo, e assim precisa ser reconhecido. Não buscamos inverter a situação de opressão, já que essa ideia não conduz à liberdade dos sujeitos, como colocado por Freire (1987) em suas reflexões. O que se pretende na busca pela liberdade é um processo de conscientização no qual sujeitos se empenham acerca da liberdade de si e do mundo, buscam não apenas a sua libertação mas a libertação de todos os sujeitos, com o fim das relações de opressão e exploração. Suas ações de mudança ultrapassam a realidade imediata na medida em que compõem a sociedade em seu sentido histórico.

De tal maneira, ao pensarmos a construção de uma *práxis* emancipadora diante do contexto brasileiro atual, evidenciamos que as ameaças ao povo são marcadas pelo fatalismo e apresentadas ao conjunto da sociedade enquanto insuperáveis. É preciso considerar o papel dos sujeitos oprimidos no reconhecimento de tais relações, sua expressão contraditória e seu caráter histórico.

O reconhecimento de tal caráter da sociedade predispõe também o reconhecimento de si enquanto sujeito histórico, que através da sua ação e reflexão forma e transforma o mundo. Conforme homens e mulheres criam, recriam e decidem acerca da sua atuação no mundo, as próprias épocas históricas são formadas; construindo sua participação, homens e mulheres reconhecem suas tarefas concretas diante da criação e recriação social (FREIRE, 1979).

Não é de maneira pontual que esse movimento ocorre, pois conduz à superação do presente e à formulação de um futuro no momento em que é empenhado pelos sujeitos a partir de ações de mudança. Neste sentido, referenciamos aqui as mobilizações que ultrapassam o imobilismo social diante de tal contexto, em contraponto à ideologia dominante e à concepção fatalista da história, com o objetivo de anunciar a existência e luta pela emancipação.

A organização do povo é expressão do seu processo de conscientização, da compreensão da realidade e do papel da ação coletiva sobre a transformação do que está dado. Representa um movimento de reconhecer o presente como dinâmico e em formação e expressa o desejo de interposição diante dos sonhos possíveis para o futuro.

Artigo recebido em: 30/12/2021  
Aprovado para publicação em: 21/09/2022

NETTO, L. L.; CLASEN, J. R.; ACCORSSI, A.

---

#### URGENT REFLECTIONS: THE CONSTRUCTION OF AN EMANCIPATORY PRACTICE IN THE BRAZILIAN CONTEXT

**ABSTRACT:** In this article, we proposed a reflection on the theoretical category of praxis, starting from the questioning of how it is possible to think about the construction of an emancipatory praxis in the current Brazilian context? To go through this question, we situate the concept of historical fatalism, as a possibility for understand how the power relations are constituted in the current moment, in face of the social threat coming from two agents: the neoconservative government Brazil, and the Covid-19 virus, generator of a worldwide pandemic. In this work, we understand that these agents contribute to the intensification of the neoliberal offensive, which highlights the structural contradictions in the order of capital. Thus, we established that this category of praxis is an expression of the process of critical awareness of subjects, and institutes a movement necessary for social change, based on a historical conception of reality.

**KEYWORDS:** Praxis. Historical Fatalism. Process of Consciousness. Transformation.

---

#### REFLEXIONES URGENTES: LA CONSTRUCCIÓN DE UNA PRÁCTICA EMANCIPATIVA EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

**RESUMEN:** En este artículo proponemos una reflexión sobre la categoría teórica de la *praxis*, a partir del cuestionamiento de ¿cómo es posible pensar la construcción de una *praxis* emancipadora en el contexto brasileño actual? Para abordar esta cuestión, situamos la concepto del fatalismo histórico, como una posibilidad para comprender cómo se constituyen las relaciones de poder en el momento actual, ante la amenaza social proveniente de dos agentes: el gobierno neoconservador de Brasil, y el virus Covid-19, generador de una pandemia mundial. En este trabajo entendemos que estos agentes contribuyen a la intensificación de la ofensiva neoliberal, que pone de evidencia las contradicciones estructurales en el orden del capital. Así, establecemos que esta categoría de praxis es una expresión del proceso de conciencia crítica de los sujetos, e instituye un movimiento necesario para el cambio social, basado en una concepción histórica de la realidad.

**PALABRAS CLAVE:** Praxis. Fatalismo Histórico. Proceso de Conciencia. Transformación.

---

#### NOTAS

1 - O governo anunciou o final do programa Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil, que vai até dezembro de 2022. Cf.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/07/bolsa-familia-chega-ao-fim-em-meio-a-incertezas-sobre-seu-sucessor.ghtml>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.

2 - O presidente Jair Bolsonaro, quando da ocasião de sua eleição, era filiado ao PSL (Partido Social Liberal). Perto de completar o primeiro ano de mandato, rompeu com o partido e ficou sem partido até novembro de 2021, quando anunciou sua filiação ao PL (Partido Liberal).

3 - Estatísticas sobre os números da pandemia. Cf.: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

- 4 - O presidente Jair Bolsonaro minimiza a pandemia. Cf.: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 5 - Presidente Jair Bolsonaro participa de aglomerações durante a pandemia. Cf.: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-participou-de-pelo-menos-84-aglomeracoes-desde-inicio-da-pandemia-de-covid-19-25048811>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 6 - O Presidente Jair Bolsonaro não acredita em vacinas e recomenda uso de Kit Covid. Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-desdenha-de-vacina-e-enaltece-kit-covid-um-dia-apos-cpi-apontar-9-crimes-dele-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 7 - Taxa de desemprego no Brasil no ano de 2021. Cf.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 8 - Brasil volta ao mapa da Fome das Nações Unidas. Cf.: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 9 - Cresce o número de bilionários durante a pandemia. Cf. Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos/>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 10 - Ameaça de desmonte do Sistema Único de Saúde – SUS. Cf.: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1714-nao-iremos-tolerar-a-entrega-do-sus-para-a-iniciativa-privada-disse-pigatto-em-cerimonia-que-reconduziu-carlos-lula-a-presidencia-do-conass>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 11 - Caso Prevent Sênior – planos de saúde durante internações no período da pandemia. Cf.: <https://oglobo.globo.com/politica/cremesp-diz-cpi-que-prontuarios-da-prevent-senior-nao-tem-seguranca-podem-ser-alterados-25312398>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 12 - Manifestações antidemocráticas no Brasil. Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58466032>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 13 - A família do presidente Jair Bolsonaro tem envolvimento com milícias do Estado do Rio de Janeiro. Cf.: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-24/a-ligacao-do-cla-bolsonaro-com-paramilitares-e-milicianos-se-estreitou-com-a-eleicao-de-flavio.html>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- 14 - A campanha do atual presidente Jair Bolsonaro foi trilhada principalmente nas redes sociais, a partir de estratégias midiáticas e de comunicação que fugiam do debate com o oponente, sem abrir espaço à retórica. Utilizou-se das *fake news*, disseminadas por meio das redes sociais, como mecanismo de convencimento, o que representa uma estratégia política, incorporada no sentido de manipulação de pensamentos: “a ampla divulgação de inverdades cria interferências nas opiniões e nas imagens que formamos de pessoas, organizações e da própria realidade” (CAVALHEIRO; BRANDÃO, 2019, p. 103).

---

## REFERÊNCIAS

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

NETTO, L. L.; CLASEN, J. R.; ACCORSSI, A.

CAVALHEIRO, Glauco; BRANDÃO, Carolina Gandon. Comunicação e Retórica: Um contexto teórico para pensar a pós-verdade. //: GUARESCHI, Pedrinho; AMON, Denise; GUERRA, André (org.). **Psicologia, comunicação e pós-verdade**. Florianópolis: ABRAPSO, 2019. p. 89-107.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 5. ed. São Paulo: Olho d'água, 2004a.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. //: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 89-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Viropolítica. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 421-434, maio/ago. 2021.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

---

LIVIAN LINO NETTO: Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bolsista CAPES, Mestra em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais (UFPel).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8703-1584>  
E-mail: livianlino@gmail.com

---

JULIA ROCHA CLASEN: Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bolsista CAPES. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Licenciada em Ciências Sociais (UFPel).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8899-1475>  
E-mail: clasenjulia1@gmail.com

---

ALINE ACCORSSI: Doutora em Psicologia. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8361-3475>  
E-mail: alineaccorssi@gmail.com

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).